

1. Relatório de Gestão Consolidado do Município de Ferreira do Zêzere

1.1. Introdução

ENQUADRAMENTO LEGAL

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas.

Já o associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio.

De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem atender à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial no caso dos serviços municipalizados e intermunicipalizados; da natureza empresarial no caso das empresas locais; ou de outra natureza por referência a condições de poder como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão ou de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Ou em alternativa devem atender à presunção de controlo quando se verifique, relativamente a uma entidade, um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, a saber: a faculdade de vetar os orçamentos; a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão; a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes; a

capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios, ou a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1.2. Consolidação de Contas e o SNC-AP

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas

O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

- NCP 24 – Acordos Conjuntos

O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros
- NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas
- EC – Estrutura Conceptual

1.3. Perímetro de Consolidação

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP22)

Quadro 1 – Perímetros de consolidação previstos no SNC-AP

Perímetro de Consolidação Orçamental das Administrações Públicas	Perímetro de Consolidação Financeira das Administrações Públicas
<ul style="list-style-type: none">• Administração Central e SS – Perímetro OE• Regiões Autónomas – Perímetro OR• Administração Local – Perímetro Estatístico (SEC 2010)¹	<ul style="list-style-type: none">• Administração Central e SS – Perímetro OE• Regiões Autónomas – Perímetro OR• Administração Local – Perímetro Estatístico (SEC 2010)
	<ul style="list-style-type: none">• Entidades controladas pelas Administrações Públicas (aplicação da NCP 22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

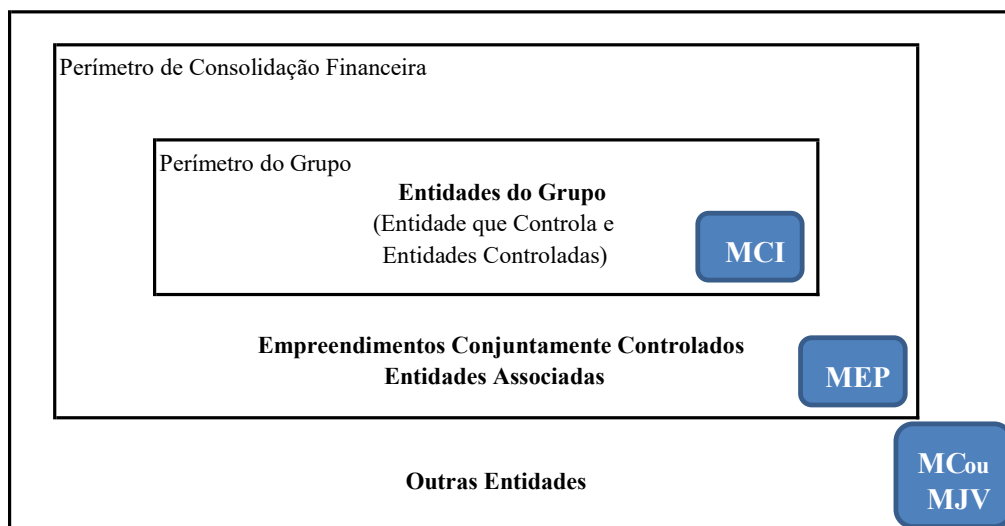
No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

¹ No caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas, os municípios apresentam os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo².

b) Perímetro de Grupo vs. Perímetro de Consolidação Financeira

Figura 1 – Métodos de consolidação a aplicar em função do perímetro de consolidação



O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O SNC-AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º do RFALEI.

De acordo com o citado normativo, a existência ou presunção de controlo, por parte dos municípios, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

² Fonte: FAQ da CNC (Resposta à pergunta n.º 18): (Aprovada pelo CNCP em 07 de novembro de 2017). http://www.cnc.minfinancas.pt/faqs_publico.html

- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Importa ainda distinguir Percentagem de Interesse (ou de Participação), de Percentagem de Controlo (Direitos de Voto):

1.4 Métodos de Consolidação

Quadro 2 – Métodos de mensuração, reconhecimento e consolidação

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Mensuração	
			Contas Individuais	Contas consolidadas
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas (Subsidiária, Filial, Empresa do Grupo, Filha, Afiliada) [Normalmente a participação financeira é superior a 50%]	NCP 22	MEP (regra) (1)	MCI (Método da Consolidação Integral)
Influência Significativa	Associada [Normalmente a participação financeira é entre 20% e 50%]	NCP 23	MEP (regra) (1)	MEP (1)
Controlo Conjunto	Empreendimento conjunto (ECC)	NCP 24	MEP	MEP
Sem influência significativa	Outras entidades [Normalmente a participação financeira é < 20%]	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo valor (2)	Método do Custo ou Método do Justo valor (2)

(1) – Custo, caso se verifiquem as condições de exceção previstas no normativo.

(2) – Custo, se o justo valor não for fiavelmente determinado.

Adaptação de: Nota de Enquadramento da conta 41. Investimentos

Quadro 3 - Definição de Método de Consolidação Integral e de Método de Equivalência Patrimonial

<p>Método de consolidação integral</p>	<p>Método de consolidação adotado em situações de controlo exclusivo: Consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante.</p>
<p>Método da equivalência patrimonial</p>	<p>Método contabilístico (também designado como método simplificado de consolidação) nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.</p>

No caso do Município de Ferreira do Zêzere e uma vez que não detém controlo, de forma direta ou indireta sobre qualquer entidade, configura-se no tipo de **controlo conjunto**, regulado pela NCP 24. Desta forma impõe-se a **consolidação** através do **Método da Equivalência Patrimonial (MEP)** com as empresas locais em que participa: a Empresa **ASTAQ Técnica, EIM**, a Empresa **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM, S.A.** e a empresa **RSTJ – Gestão e Tratamento de resíduos, EIM**.

Entidades	Valor da Participação	% Participação	Tipo de Entidade
Astaq Técnica EIM	1.666,67 €	33,33	Empresa Local
Tejo Ambiente, EIM SA	47.610,00 €	7,94	Empresa Local
RSTJ, EIM SA	5.000,00 €	10,00	Empresa Local

1.5 Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

1.5.1 ASTAQ TÉCNICA, E.I.M., EM LIQUIDAÇÃO

Denominação	Astaq Técnica, E.I.M., EM LIQUIDAÇÃO
NIPC	508804817
Sede Social	Convento de São Francisco - Tomar
	A Empresa mantém-se em fase de liquidação, aguardando a conclusão das ações judiciais em curso.
Comissão Liquidatária	Bruno José da Graça Gomes Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Sistema Contabilístico	SNC

1.5.2 Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM, S.A.

Denominação	Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM S.A.
NIPC	515545236
Sede Social	Edifício Paço do Conde, Rua Francisco Sá Carneiro 2490-548 Ourém
Objeto Social	A exploração e a gestão do sistema intermunicipal de ambiente do Médio Tejo que agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Ourém e Vila Nova da Barquinha, no respetivo território.
Órgãos Sociais	<p>Assembleia Geral:</p> <p>Presidente Fernando Manuel dos Santos Freire - Presidente do Município de Vila Nova da Barquinha</p> <p>Vice Presidente António Miguel Cabedal Borges - Presidente do Município do Sardoal</p> <p>Secretário Bruno José da Graça Gomes - Presidente do Município de Ferreira do Zêzere</p> <p>Conselho de Administração:</p> <p>Presidente Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque - Presidente do Município de Ourém</p> <p>Vogais Efetivos Anabela Gaspar Freitas - Presidente do Município de Tomar Vasco António Mendonça Sequeira Estrela - Presidente do Município de Mação</p> <p>Fiscal Único: VL Santos & Associados - SROC, S.A, n.º 265 - Vítor Luís Carrasqueira de Santos ROC n.º 1527</p>

1.5.3 RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A.

Denominação	RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A
NIPC	514730285
Sede Social	Rua Ferro de Engomar - Eco Parque do Relvão, 2140-671 Carregueira - Chamusca
Objeto Social	A sociedade tem por objeto a exploração e gestão dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, quer em alta quer em baixa e ainda a realização de todos os serviços inerentes à limpeza urbana. A sociedade pode ainda exercer atividades no âmbito das energias renováveis e valorização energética obtida a partir de resíduos. A sociedade pode ainda exercer atividades acessórias com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à gestão de resíduos e de limpeza urbana, sistemas de informação geográfica, defesa ambiental e outras atividades inerentes à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos ou outras espécies.
Órgãos Sociais	<p>Conselho de Administração</p> <p>Presidente Município da Chamusca, representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonha Queimado</p> <p>Vogais Município de Torres Novas, representante: Elvira Maria Machado Cruz Sequeira Município da Golegã, representante: António Carlos da Costa Camilo</p> <p>Fiscal Único Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda. representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC n.º 1085</p>

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1. Balanço consolidado de 2022

Balanço em 31 de dezembro de 2022			
Rubricas	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	a)	47.891.778,34	50.294.208,92
Propriedades de investimento	b)	373.618,41	381.374,85
Ativos intangíveis	c)	81.550,76	89.621,44
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		1.803.368,64	1.537.754,20
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		1.308,08	4.793,08
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		3.997,10	4.652,68
Outras contas a receber		0,00	0,00
Total Ativo Não Corrente		50.155.621,33	52.312.405,17
Ativo corrente			
Inventários		200.470,31	182.571,08
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		23.619,13	23.619,13
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	d)	28.190,54	60.894,39
Estado e outros entes públicos		1.820,65	3.750,77
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	e)	1.546.888,91	1.398.145,98
Diferimentos		55.614,15	54.015,71
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		2.758.321,81	2.917.155,84
Total Ativo Corrente		4.614.925,50	4.640.152,90
Total Ativo		54.770.546,83	56.952.558,07
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital		86.190.883,89	86.190.883,89
Ajustamento de Partes de Capital			
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		609.572,53	609.572,53
Resultados transitados	f)	-39.026.649,78	-36.227.411,08
Ajustamentos em ativos financeiros		944.037,35	934.467,94
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido	g)	8.082.525,10	7.343.060,18
Resultado líquido do período		-3.165.092,12	-2.872.275,98
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total Património Líquido		53.635.276,97	55.978.297,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	h)	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	l)	337.131,15	337.322,92
Total Passivo Não Corrente		337.131,15	337.322,92
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	i)	5.622,13	371,47
Fornecedores		1.243,12	1.974,60
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	j)	38.845,64	32.536,31
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	h)	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	l)	747.580,83	584.166,25
Diferimentos	l)	4.846,99	17.889,04
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total Passivo Corrente		798.138,71	636.937,67
Total Passivo		1.135.269,86	974.260,59
Total Património Líquido e Passivo		54.770.546,83	56.952.558,07

O balanço consolidado do Grupo Municipal de Ferreira do Zêzere regista um ativo de 54 770 546,83 €.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende ao montante de 1 135 269,86 € representando cerca de 2,07% do total do ativo.

O Património Líquido do Grupo Municipal ascende ao montante de 53 635 276,97 € traduzindo uma autonomia financeira (Património Líquido/ativo) de cerca de 97,93%.

2.2. Demonstração de Resultados Consolidados de 2022

Demonstração de Resultados por natureza do período findo em a 31/12/2022			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		2.188.378,60	1.916.186,12
Vendas	a)	6.531,23	13.698,50
Prestações de serviços e concessões		38.174,01	39.444,71
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	f)	5.898.949,42	5.304.586,79
Variações nos inventários da produção		-29.287,85	-52.367,16
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-312.338,50	-249.203,20
Fornecimentos e serviços externos		-2.781.282,10	-1.952.494,66
Gastos com pessoal		-3.288.139,89	-2.637.967,65
Transferências e subsídios concedidos	b)	-1.075.324,85	-1.013.174,45
Prestações sociais	b)	0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		20.753,85	43.436,58
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	c)	207.116,24	-312.986,45
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	d)	804.312,98	748.781,36
Outros gastos	e)	-392.741,46	-166.725,11
Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento		1.285.101,68	1.681.215,38
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4.448.914,39	-4.531.750,67
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento)EBIT		-3.105.901,87	-2.850.535,29
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-1.279,41	-21.740,69
Resultado Antes de Impostos		-3.165.092,12	-2.872.275,98
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado Líquido do período		-3.165.092,12	-2.872.275,98
Resultado Líquido do período atribuível a :		0,00	0,00
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00

O resultado líquido do exercício consolidado apresenta resultado negativo de 3 165 092,12 euros.

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa 2022

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022		Valores em €	
Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		52.718,23	52.581,27
Recebimentos de contribuintes		2.047.394,50	1.823.487,84
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		5.895.277,76	5.282.226,19
Recebimentos de utentes		8.168,73	124.266,13
Pagamentos a fornecedores		-3.085.997,57	-2.139.609,91
Pagamentos ao pessoal		-2.038.599,39	-1.633.910,52
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.123.885,47	-1.154.165,36
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1.755.076,79	2.354.875,64
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		253.170,18	165.208,67
Outros pagamentos		-3.041.637,19	-1.973.277,98
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		-1.033.390,22	546.806,33
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-236.397,28	-220.189,28
Ativos intangíveis		-40.827,81	-93.397,37
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		4.182,00	27.363,22
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		428.027,82	417.539,76
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		708.703,62	1.249.326,54
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		5.867,84	8.312,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		869.556,19	1.388.954,88
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5.000,00	48.607,24
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-2.099.320,29
Juros e gastos similares			-18.031,06
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento ©		5.000,00	-2.068.744,11
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		-197.918,22	-168.206,34
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		197.918,22	168.206,34
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		2.917.155,84	3.038.450,10
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período		-178.212,05	-197.918,22
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		178.212,05	197.918,22
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2.758.321,81	2.917.155,84
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			

2.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido de 2022

Demonstração Consolidada das Alterações do Património Líquido								
Município de Ferreira do Zêzere								
Descrição	Notas	Capital/Património subscrito	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	86.890.883,89	609.572,53	-36.227.410,8		7.343.060,18	-2.872.275,98	55.043.829,54
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	739.464,92	0,00	739.464,92
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	-2.807.772,70	944.037,35	0,00	2.872.275,98	1008.540,63
	(2)	0,00	0,00	-2.807.772,70	944.037,35	739.464,92	2.872.275,98	1748.005,55
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.165.092,12	-3.165.092,12
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)						-292.816,14	-1417.086,57
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	8.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	8.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	86.890.883,89	609.572,53	-39.026.649,78	944.037,35	8.082.525,10	-3.165.092,12	53.635.276,97

3. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

3.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

3.1.1. Caracterização da entidade consolidante a 31/12/2022

Denominação	Município de Ferreira do Zêzere
NIPC	501216839
Sede Social	Praça Dias Ferreira - Ferreira do Zêzere
Objeto Social	Administração Local - Atribuições previstas no art.º 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro
Sistema Contabilístico	SNC-AP
População	7 801 habitantes (censos 2021)
Área	190,4 km ²
Órgão Executivo	
	PRESIDENTE
	Bruno José da Graça Gomes
	VEREADORES
	Orlando da Silva Patrício
	Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira
	Hugo Miguel de Freitas Azevedo
Pedro Manuel dos Santos Alberto	

3.1.2. Caracterização das entidades participadas incluídas na consolidação

As entidades participadas incluídas na consolidação são as seguintes:

Denominação	NIF	Capital Social	Participação no final Exercício		Lei 50/2012	Método consolidação
			% partic	Valor realizado		
ASTAQ Técnica, EIM	504475606	5.000,00 €	33,33%	1.666,67 €	Setor Emp. Local	MEP
Tejo Ambiente, EIM, SA	515515507	600.000,00 €	7,94%	47.610,00 €	Setor Emp. Local	MEP
RSTJ, EIM SA	515332607	50.000,00 €	10,00%	5.000,00 €	Setor Emp. Local	MEP

3.1.3. Caracterização das entidades excluídas da consolidação

Nos termos do Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, estão excluídas do perímetro de consolidação de contas as seguintes entidades integrantes do Grupo Municipal.

Nome da entidade	NIF	Classificação conforme o Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, vs Controlo
Entidades societárias		
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	513606130	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º (Inexiste controlo ou presunção de controlo)
Tagusgás, S.A.	503956538	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º (Inexiste controlo ou presunção de controlo)

3.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei n.º 73/2013, as demonstrações financeiras consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao Exercício de 2022 foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e das entidades participadas.

3.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Para efeitos de consolidação de contas foi utilizado o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço no Município de Ferreira do Zêzere, do valor contabilístico das partes de capital detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

3.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

A dívida de médio e longo prazo apresenta-se discriminada da seguinte forma:

Descrição	Dívida a terceiros	
	Município de Ferreira do Zêzere	Dívida a terceiros Grupo Municipal
Financiamentos obtidos Passivo não corrente	0,00€	1 096 466,82€
Financiamentos obtidos Passivo corrente	0,00€	243 207,65€
Total	0,00€	1 339 674,47€

A dívida de médio e longo prazo que se vence nos quatro anos seguintes à data do balanço é a seguinte:

Descrição	Dívida a terceiros	
	Município de Ferreira do Zêzere	Dívida a terceiros Grupo Municipal
Dívidas a Terceiros	798 138,71€	1 932 089,24€
Total	798 138,71€	1 932 089,24€

3.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os fluxos financeiros existentes entre a entidade incluída no perímetro de consolidação são as constantes dos mapas seguintes:

Município de Ferreira do Zêzere/Tejo Ambiente, E.I.M., S.A.										
Fluxos Financeiros	Obrigações e Pagamentos					Direitos e Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas	Anulações	Pagamentos	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos	Anulações	Recebimentos	Saldo Final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais										0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros		233.269,37		233.269,37	0,00	24.747,42	4.305,30	609,13	4.749,65	23.693,94
	0,00	233.269,37	0,00	233.269,37	0,00	24.747,42	4.305,30	609,13	4.749,65	23.693,94

Município de Ferreira do Zêzere/RSTJ, E.I.M., S.A.										
Fluxos Financeiros	Obrigações e Pagamentos					Direitos e Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas	Anulações	Pagamentos	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos	Anulações	Recebimentos	Saldo Final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais										0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros		2.247,15		2.247,15	0,00					0,00
	0,00	2.247,15	0,00	2.247,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3.6. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

- **Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento:** Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes.
- **Participações financeiras:** As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo.
- **Depreciações e amortizações:** As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência.
- **Contas a receber:** As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam;
- **Acréscimos e Diferimentos:** Os rendimentos e os gastos foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios;
- **Inventários:** A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

3.7. Informações relativas a determinadas rubricas

Nada a assinalar.

4. Anexos Documentais

4.1. Balanço consolidado

Balanço Consolidado				
	31-12-2022	Ajustamentos a Débito	Ajustamentos a Crédito	BLC
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	47.891.778,34	0,00	0,00	47.891.778,34
Propriedades de investimento	373.618,41	0,00	0,00	373.618,41
Ativos intangíveis	81.550,76	0,00	0,00	81.550,76
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras	667.789,54	1.223.505,00	87.925,90	1.803.368,64
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	1.308,08	0,00	0,00	1.308,08
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	3.997,10	0,00	0,00	3.997,10
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ativo Não Corrente	49.020.042,23	1.223.505,00	87.925,90	50.155.621,33
Ativo corrente				
Inventários	200.470,31	0,00	0,00	200.470,31
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.619,13	0,00	0,00	23.619,13
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	28.190,54	0,00	0,00	28.190,54
Estado e outros entes públicos	1.820,65	0,00	0,00	1.820,65
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	1.546.888,91	0,00	0,00	1.546.888,91
Diferimentos	55.614,15	0,00	0,00	55.614,15
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos	2.758.321,81	0,00	0,00	2.758.321,81
Total Ativo Corrente	4.614.925,50	0,00	0,00	4.614.925,50
Total Ativo	53.634.967,73	1.223.505,00	87.925,90	54.770.546,83
PATRIMÔNIO LIQUIDO				
Patrimônio/Capital	86.190.883,89	0,00	0,00	86.190.883,89
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	609.572,53	0,00	0,00	609.572,53
Resultados transitados	-39.026.649,78	0,00	0,00	-39.026.649,78
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	1.666,67	945.704,02	944.037,35
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no Patrimônio Líquido	7.862.027,93	52.384,56	272.881,73	8.082.525,10
Resultado líquido do período	-3.136.136,70	33.874,67	4.919,25	-3.165.092,12
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Patrimônio Líquido	52.499.697,87	87.925,90	1.223.505,00	53.635.276,97
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	337.131,15	0,00	0,00	337.131,15
Total Passivo Não Corrente	337.131,15	0,00	0,00	337.131,15
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	5.622,13	0,00	0,00	5.622,13
Fornecedores	1.243,12	0,00	0,00	1.243,12
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	38.845,64	0,00	0,00	38.845,64
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	747.580,83	0,00	0,00	747.580,83
Diferimentos	4.846,99	0,00	0,00	4.846,99
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Passivo Corrente	798.138,71	0,00	0,00	798.138,71
Total Passivo	1.135.269,86	0,00	0,00	1.135.269,86
Total Patrimônio Líquido e Passivo	53.634.967,73	87.925,90	1.223.505,00	54.770.546,83

4.2. Demonstração de resultados consolidada

Município de Ferreira do Zêzere					
Demonstração de Resultados Consolidada					
		Exercício 2022			BLC
		Município de Ferreira do Zêzere	Ajustamentos a Débito	Ajustamentos a Crédito	
RENDIMENTOS E GASTOS					
Impostos, contribuições e taxas	2.188.378,60 €	0,00 €	0,00 €	2.188.378,60 €	
Vendas	6.531,23 €	0,00 €	0,00 €	6.531,23 €	
Prestações de serviços e concessões conjuntos	38.174,01 €	0,00 €	0,00 €	38.174,01 €	
Transferências e subsídios correntes obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Variações nos inventários da produção	5.898.949,42 €	0,00 €	0,00 €	5.898.949,42 €	
Trabalhos para a própria entidade	-29.287,85 €	0,00 €	0,00 €	-29.287,85 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	-312.338,50 €	0,00 €	0,00 €	-312.338,50 €	
Gastos com pessoal	-2.781.282,10 €	0,00 €	0,00 €	-2.781.282,10 €	
Transferências e subsídios concedidos	-3.288.139,89 €	0,00 €	0,00 €	-3.288.139,89 €	
Prestações sociais	-1.075.324,85 €	0,00 €	0,00 €	-1.075.324,85 €	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	20.753,85 €	0,00 €	0,00 €	20.753,85 €	
Provisões (aumentos/reduções)	207.116,24 €	0,00 €	0,00 €	207.116,24 €	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aumentos/reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros rendimentos	799.393,73 €	0,00 €	4.919,25 €	804.312,98 €	
Outros Gastos	-358.866,79 €	33.874,67 €	0,00 €	-392.741,46 €	
Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento	1.314.057,10 €	33.874,67 €	4.919,25 €	1.285.101,68 €	
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-4.448.914,39 €	0,00 €	0,00 €	-4.448.914,39 €	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento)EBIT	-3.134.857,29 €	33.874,67 €	4.919,25 €	-3.105.901,87 €	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Juros e gastos similares suportados	-1.279,41 €	0,00 €	0,00 €	-1.279,41 €	
Resultado Antes de Impostos	-3.136.136,70 €	33.874,67 €	4.919,25 €	-3.165.092,12 €	
Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Resultado Líquido do período	-3.136.136,70 €	33.874,67 €	4.919,25 €	-3.165.092,12 €	
Resultado Líquido do período atribuível a :		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Interesses que não controlam		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	-3.136.136,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Resumo:

Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento	1.285.101,68 €
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento)EBIT	-3.105.901,87 €
Resultado Antes de Impostos	-3.165.092,12 €
Resultados líquidos do período	-3.165.092,12 €

5. Outras Divulgações

Astaq Técnica, EIM em Liquidação.

A empresa Astaq Técnica, EIM em Liquidação, continua o seu processo de liquidação, existindo, no entanto, processos judiciais a decorrer os quais estão a atrasar a liquidação e encerramento da empresa.

De acordo com a informação informal do advogado que acompanha o processo não se esperam gastos significativos para o Município de Ferreira do Zêzere decorrente desta situação.

Ferreira do Zêzere, 5 de junho de 2023,

O Presidente da Câmara,

(Bruno José da Graça Gomes)